



“Uma reflexão sobre a atuação de Dom Pedro Casaldáliga no período da ditadura civil-militar no Brasil”

MENEZES, Fernanda Queiroz de¹.

O presente trabalho faz parte da pesquisa que está sendo desenvolvida para a elaboração da dissertação de mestrado e tem como objeto o bispo Pedro Casaldáliga². A pesquisa busca refletir a atuação deste religioso no período que marca a sua chegada no Brasil – 1968, até o final da ditadura civil-militar³ que fora instaurada em 1964.

O interesse pelo tema se deu após termos observado uma grande quantidade de documentos que foi produzido por este intelectual em um momento em que o nosso país vivia num Estado de Exceção, com a suspensão dos direitos civis, e algo que nos chamou muito a atenção é que D. Pedro mesmo neste momento, desempenhou um papel fundamental, de militância e engajamento em vários movimentos sociais, e na maioria das vezes, lutava contra as ideias pragmáticas do regime em vigor.

A sua atuação não foi apenas no campo religioso, mas também no político e intelectual, sendo que ele desenvolveu análises importantes, produções de poemas que expressavam a realidade local com o intuito de registrar, divulgar e propagar os fenômenos que ocorriam com aquela população. Ele teve um papel importante que foi de organizar e sistematizar as formas de resistência que era empregada pela população local. Um dos seus marcos foi a Carta pastoral que foi divulgada logo após a sua sagração como Bispo em 1971 “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social” a qual iremos tratar posteriormente.

¹ Graduada em Pedagogia pela FAF- Faculdade Frutal, graduada em História pela Universidade Federal do Mato Grosso e mestranda em História pela mesma instituição, vinculada ao Núcleo de Pesquisa em História sob a orientação do professor Dr. Vitale Joanoni Neto.

² Dom Pedro Maria Casaldáliga Plá nasceu em Balsareny, cidade da Província Catalã de Barcelona, no dia 16 de fevereiro de 1928, Casaldáliga ingressou na Ordem Claretiana, consagrada as missões, onde foi ordenado sacerdote em 1943. No ano de 1968 Dom Pedro Casaldáliga veio para o Araguaia mato-grossense como missionário para assumir as responsabilidades pastorais. Sentiu-se convocado, diante dos problemas encontrados, além das diligências religiosas, investiu tempo e energia na organização de indígenas e posseiros e nas denúncias das violações dos direitos humanos que estes e os *peões* sofriam. Em 1971 ordenaram-no Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia. Em 2003, ao completar 75 anos, Casaldáliga apresentou seu pedido de renúncia à Prelazia, como exige o Vaticano de todos os Bispos, exceto ao de Roma, o papa.

³É importante ressaltar aqui que utilizamos o termo ditadura civil-militar pela participação da população civil na tomada de poder, e do apoio que os militares receberam de alguns setores importantes da sociedade, que foi um dos fatores que possibilitou o golpe e a sua manutenção no poder por tanto tempo. Ver: (DELGADO; FERREIRA, 2012).

Buscamos a partir das fontes, problematizar a atuação do bispo acerca das políticas que foram implantadas na região que abarcava toda a Prelazia de São Félix do Araguaia⁴.

Esta região encontra-se no Nordeste do Estado do Mato Grosso, na Amazônia Legal⁵, tendo como área aproximada 150.000 km², situada entre os rios Araguaia e Xingu. Compreende distritos e vilas que estavam vinculados à cidade de Barra do Garças pela falta de infraestrutura (a 700 km de distância) e só depois da década de 80 que iniciaram os movimentos de emancipação destas vilas e distritos. As cidades que a compreendem nossa espacialidade (os quinze povoados que fazem parte da Prelazia de São Félix⁶) sendo a cidade de São Félix do Araguaia uma das mais antiga, seguida de Luciara, que já obtivera a sua emancipação como município já neste período que tratamos.

Para entender os conflitos nos quais Casaldáliga interviu em favor das populações menos favorecidas, é necessário antes, entender dois contextos distintos que ocorreram neste momento histórico e que são fundamentais para compreender o papel desempenhado por este religioso e intelectual, que é a realidade que o Brasil vivia e as consequências disso para a Prelazia do Araguaia e compreender também a Igreja deste momento que sofreu várias transformações – com uma mudança de perspectiva a partir principalmente dos anos de 1960.

Temos consciência das dificuldades que nos são impostas ao trabalhar com a história do tempo presente, primeiro por não haver o distanciamento entre o historiador e o seu objeto de estudo, haja vista que estudamos a atuação de um sujeito histórico que está entre nós e sua atuação ainda nos é muito recente. Quanto a isso, Chartier nos ajuda a desmistificar tal debate quando coloca um argumento contrário sobre a história do tempo presente:

O pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim, a falta de distância, ao invés de inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental, que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história (apud FERREIRA; AMADO, 1996: 216).

Outra questão importante que nos coloca o debate, é que “o “tempo presente” constitui um campo científico singular por sua própria definição” (FERREIRA, 2010: 106) e adentrar

⁴ Prelazia é um tipo de circunscrição eclesiástica, que não tem autonomia ou independência financeira, que ainda não é organizada. Ver: (SCALOPPE, 2012).

⁵ A região Norte está inserida na Amazônia que compreende os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins. A Amazônia Legal é acrescida pelo Estado de Mato Grosso e parte do Maranhão.

⁶ São elas: Santa Cruz do Xingu; Vila Rica; Confresa; Santa Terezinha; Porto Alegre do Norte; São José do Xingu; São Félix do Araguaia; Canabrava do Norte; Luciara; Boa Vista; Serra Nova Dourada; Bom Jesus do Araguaia; Querência; Novo Santo Antonio; Ribeirão Cascalheira.

neste campo móvel nos traz alguns desafios que devem ser transpostos ou ao menos destacados. Sobre isso Bédarida coloca:

Sabemos que a história do tempo presente, mais do qualquer outra, é por natureza uma história inacabada: uma história em constante movimento, refletindo as comoções que se desenrolam diante de nós e sendo, portanto, objeto de uma renovação sem fim. Aliás, a história por si mesma não pode terminar. Eis por que devemos afirmar alto e bom som – ao contrário daquela teoria em voga que pretende nos convencer de que chegamos a uma era de estabilidade e a um estágio de completa realização – que a história não tem fim, salvo se houver uma catástrofe cósmica (BÉDARIDA, 2010: 229).

A partir de tais premissas, vamos adentar no contexto em que ocorreram os conflitos para entender a historicidade dos problemas que assolaram a região do Araguaia mato-grossense neste período, e vale ressaltar que muitos destes problemas ainda perduram até os dias atuais, como o conflito pela posse da terra e também de trabalho análogo ao escravo.

A instauração de uma ditadura no Brasil

Foi em março de 1964 que os militares articulados com setores da sociedade civil deram o golpe de Estado, tomando o poder constitucional de João Goulart⁷. As intervenções das Forças Armadas ocorreram no cenário brasileiro em vários momentos, não só na Proclamação da República, como na retirada de Getúlio Vargas do governo em 1945, na intervenção do exército que garantiu a posse de Juscelino Kubistchek em 1954 e depois novamente em 1961 para assegurar a legalidade em favor da posse de João Goulart. Intervenções distintas da que ocorreu em 1964, na qual os militares não devolveram o poder (governo) para os civis, conforme os últimos haviam pensado⁸.

Os militares interviram naquela conjuntura histórica com outra perspectiva, atrelados ao momento que viviam e as suas experiências, haja vista que agora estavam imbuídos de uma nova ideologia, regidos pela Doutrina de Segurança Nacional, na qual lhes foi incorporada ideologias, que foram importadas principalmente dos Estados Unidos após a

⁷ Sobre isso ver: FERREIRA; GOMES (2014).

⁸ Segundo Borges: “(...) ao se analisar o papel das Forças Armadas no processo político brasileiro, deve-se levar em consideração duas fases: a primeira antes de 1964, quando os militares intervinham na política, restabeleciam a ordem institucional, passavam a condução do Estado aos civis e retornavam aos quartéis, exercendo a função arbitral-tutelar; a segunda, depois de 1964, sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional (instrumentalizada pela Escola Superior de Guerra), quando os militares, após o golpe, assumem o papel de condutores dos negócios do Estado, afastando os civis dos núcleos de participação e decisão política, transformando-se em verdadeiros atores políticos, com os civis passando a meros coadjuvantes no sentido de dar ao regime uma fachada de democracia e legitimidade” (BORGES, 2012: 16).



fundação da Escola Superior de Guerra que foi fundada em 1949⁹, no pós Segunda Guerra Mundial e início do que ficou chamado com Guerra Fria.

Com efeito, segundo Montagna, ao pensar os interesses dos Estados Unidos em auxiliar e até financiar golpes de Estado em países do chamado Terceiro Mundo, prática que foi recorrente deste país, que auxiliou as tomadas do poder e a instauração de ditaduras, principalmente depois de 1959 com a Revolução Cubana, que representou o perigo do comunismo que estava em expansão e a Crise dos Mísseis de 1962 que acarretou um sério mal estar e instabilidade no mundo entre os dois blocos em disputa:

O perigo agora, não era mais a invasão russa pelo Atlântico, mas sim a subversão interna, infiltração e revoluções em países do Terceiro Mundo todas comandadas, instigadas, orientadas e financiadas por Moscou, com a finalidade de comandar o mundo. A guerra contra o comunismo, deveria agora ser promovida no interior das nações do Terceiro Mundo contra o inimigo interno, através de suas forças armadas e de segurança nacional, contando com a ajuda americana que enviava material para lutas anti-guerrilhas e dólares (MONTAGNA, 1986: 36).

As Forças Armadas governaram o Brasil de forma autoritária, fizeram alianças com setores da sociedade civil para alcançar seu objetivo maior que era a tomada de poder, e para tanto, este apoio foi decisivo para que houvesse as articulações necessárias para que assim ocorresse o golpe.

Contudo, vale dizer, que os militares tiveram o apoio da sociedade civil naquele momento histórico que culminou o golpe, o que não significa dizer que, toda a sociedade estava de acordo, e ainda, que mais tarde, concordaria com a repressão e a instauração do governo autoritário. Para Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira:

Certamente, nos eventos que decorrem entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964 não estava contido o que viria depois: uma ditadura civil e militar, comandada por generais presidentes, cuja face mais tenebrosa foi a violência e a tortura, como política de Estado. Quer dizer, aqueles que aplaudiam e festejavam a vitória da “revolução pela ordem” não tinham como saber o que sucederia nos anos seguintes. Seus aplausos, naquele preciso momento, não devem ser confundidos com apoio a um regime autoritário, violento e ditatorial que perduraria até 1979, quando foi votada a lei da Anistia. Isso vale para muita gente que fez festa nas ruas. Vale também para diversos políticos, que julgavam não só participar, mas até comandar a “revolução”. Dessa forma, é muito interessante e esclarecedor voltar às páginas de *O Cruzeiro* de 10 de abril de 1964. Em uma de suas matérias, estão os depoimentos de alguns de seus líderes. Vale observar suas

⁹ Foi no pós-guerra e com o acirramento da Guerra Fria, que se fundou a Escola Superior de Guerra no Brasil, importando modelos norte-americano e francês, instaurando esse novo programa pautado na Doutrina de Segurança Nacional, pela necessidade de expandir o bloco capitalista, para que não houvesse aqui na América a experiência comunista, a mesma que ocorreu em 1959 em Cuba.

falas para conhecer o futuro que eles então vislumbravam (FERREIRA, GOMES, 2014: 17).

Portanto, a partir deste importante estudo de fontes como os jornais do período que são essenciais para entendermos este momento histórico que o Brasil viveu, em um Estado de Exceção em prol da ideologia de Segurança Nacional, que combatia com violência física e psicológica o inimigo interno, que seria todo aquele que de alguma forma discordasse com tal regime e as suas políticas, como a de ampliação do capitalismo, com a expansão do setor urbano para o campo entre outras.

Foi neste contexto de expansão do capitalismo, e a partir dos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional e na geopolítica¹⁰ articulada na figura de Golbery, que foram pensadas políticas de ocupação dirigida para os espaços “vazios” da Amazônia, no sentido de ocupar estas áreas, levando a “modernização e o progresso”. Com efeito, esse projeto abarcou o Araguaia mato-grossense lugar onde Dom Pedro foi um sujeito histórico importante na organização e luta pelas, e com as populações que já ocupavam a região.

As políticas de ocupação e a atuação de D. Pedro

O processo de colonização e ocupação das terras do interior do Brasil iniciara desde 1937 com a política de ocupação de Getúlio Vargas intitulada “A Marcha para o Oeste”:

A partir da “campanha” da Marcha para o Oeste, durante o Governo Vargas, o Governo Federal passou a priorizar os “trabalhadores nacionais”, em substituição aos imigrantes estrangeiros para assentar nas áreas de colonização. O governo re-orientou os fluxos migratórios para o Centro-Sul, visando ampliar as fronteiras agrícolas, assentando os migrantes nas Colônias Agrícolas Nacionais, localizadas nas regiões de abertura de fronteiras agrícolas na década de 1940. Embora tenham sido criadas Colônias Agrícolas Nacionais em vários estados, naquele momento principalmente no sul de Goiás, em Mato Grosso, no norte e sudoeste do Paraná, e no oeste do Maranhão (BARROZO, 2010:12).

Porém esta política não ganhou tanta ênfase e foi perdendo a sua força política nos governos posteriores, principalmente no governo de Juscelino, sendo que a maioria dos colonos venderam os direitos sobre seus lotes, e o projeto perdera-se¹¹.

Com a tomada do poder dos militares e principalmente na década de 70, com um governo imbuído da Doutrina de Segurança Nacional, esta ideologia foi também uma solução para os problemas existentes no Sul do país, como no Rio Grande do Sul que envolvia os grandes latifundiários e os pequenos produtores no conflito pela terra, e ainda, o problema de mão de obra do Nordeste brasileiro:

¹¹ Ver: BARROZO (2010).

As pressões dos camponeses, em todo o país, motivadas por necessidades imediatas (como a seca do Nordeste), ou politicamente organizadas (como as ações dos camponeses sem terra), forçaram os poderes estabelecidos a agir mediando soluções para evitar crises sociais de elevado alcance. A maior ou menor intensidade das ondas migratórias para o Mato Grosso, tem relação com os períodos e locais onde estes conflitos se agudizaram, como o Nordeste, no início do séc. XX, e o Sul/Sudeste nas décadas de 70 e 80 (JOANONI NETO, 2007:26-27).

Outros problemas também assolavam o Brasil deste período desde a década de 1950 com movimentos que ganharam expressão até então, como as Ligas Camponesas¹² e os demais conflitos que ocorriam no Brasil envolvendo a questão agrária.

Com a criação e promulgação do Estatuto da Terra de 1964 criado já no governo militar de Castelo Branco, no qual ele, mesmo que indiretamente, direcionou os objetivos de tais projetos como um substitutivo ao projeto de reforma agrária que estava em discussão, foi fundamental para direcionar as novas políticas que estavam sendo implantadas ou re-implantadas. É com tal conceito de colonização presente neste documento que vamos trabalhar na nossa pesquisa.

Durante o governo militar, utilizando-se do Decreto Nº 59.428, de 27 de outubro de 1966, no seu 5º Artigo, presente no Estatuto da Terra, a política de colonização foi definida como:

Art. 5º A *Colonização* é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão de lotes ou parcelas, dimensionadas de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através de cooperativas de produção nela previstas (ESTATUTO DA TERRA, 1978: 178).

Contudo, este documento no que toca sobre a questão da Reforma Agrária, o mesmo apresenta-se conservador em relação às causas e as lutas sociais que haviam ocorrido nas décadas de 50 e 60 e substituiu a Reforma Agrária pelos projetos de Colonização¹³, pois, o Estatuto da Terra tinha como objetivo amenizar estes conflitos internos sobre a luta pela terra, que “à medida que pretendeu atenuar os conflitos no campo, propondo a colonização das “áreas desocupadas” (ALVES; JOANONI NETO, 2010:36)”. Em relação à essa questão colocada, é importante destacar que essas áreas não estavam desocupadas, pois já haviam pessoas que habitavam a região desde tempos como os índios e posseiros, além de outras populações ribeirinhas.

¹² Ver: MONTENEGRO (2012).

¹³ Ver: BARROZO (2010).

No texto legal, a reforma agrária é referida como um conjunto de medidas que visavam promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e seu uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e aumento de produtividade (ALVES; JOANONI NETO, 2010: 36).

O discurso que estava presente era o de modernização para o desenvolvimento do país, mas, na verdade estavam pautados na Doutrina de Segurança Nacional e na geopolítica – estratégica para regiões de fronteira - na qual foi inserido os projetos de ocupação dirigida para essas áreas, por isso foi principalmente para a Amazônia Legal nas terras devolutas:

Pretendendo obstaculizar a reforma agrária em terras particulares, a legislação estabeleceu que a desapropriação por interesse social só poderia ser feita quando o Estado providenciasse a *prévia e justa indenização*. Ora, só o fato de a indenização ter de ser prévia reduzia, de forma significativa, a possibilidade de o Governo proceder à desapropriação; no que tange às benfeitorias, as mesmas deveriam ser pagas em moeda corrente, e não em títulos da dívida pública. Ademais, a leitura de seus artigos, especialmente nos itens *colonização e reforma agrária*, podemos identificar que estes procedimentos priorizariam as terras públicas do tipo devolutas (ALVES; JOANONI NETO, 2010: 37).

As políticas de colonização e ocupação começaram a ganhar ênfase no início do governo militar, já implícita no Estatuto da Terra e depois em decretos que foram promulgados, porém foi só a partir da década de 70 que elas tiveram maior destaque e investida, com a criação do Plano de Integração Nacional, a SUDAM e outros órgãos que foram basilar para tal processo.

Políticas que promoveram os projetos de colonização e ocupação foi a promovida pelo Estado ou de tipo privada como a que ocorreu na maior parte do estado do Mato Grosso, e no caso da Prelazia de São Félix – na região nordeste do estado – foi com a implantação de agropecuárias – instalação de fazendas, pois o governo garantia incentivos fiscais para tais projetos.

A época de florescimento recente da peonagem, no início dos anos 1970, foi também época do chamado “milagre brasileiro”, época de grande crescimento econômico. A expansão da fronteira coincidiu com a ampliação das alternativas de investimentos em outros setores da economia, em que, aparentemente, a rentabilidade do capital era maior e mais rápida do que na agropecuária. Chegou-se a supor, na época, que havia transferência clandestina dos incentivos fiscais, obtidos pelas empresas, da frente pioneira para a área mais desenvolvida e industrializada do país, o sudeste, principalmente para as aplicações financeiras. A fundação de fazendas (ou de indústrias) na Amazônia era um meio de obter os recursos dos incentivos fiscais. Mas isso dependia de mecanismos atrasados e arcaicos de exploração do trabalho e acumulação de capital, como a peonagem e a expropriação violenta dos ocupantes originais da terra, os índios e posseiros (MARTINS, 2009: 84).

Sobre o fragmento acima é interessante a análise proposta pois, a maioria dos empreendimentos agropecuários gozavam de tal lógica, utilizando tais mecanismos considerados “atrasados”, assim a empresa ganhava, pois, além de explorar e expropriar os indivíduos que já estavam na região, ou os que foram trazidos como mão-de-obra como o do nordeste brasileiro, ainda tinham o apoio do governo, com incentivos fiscais agradáveis e facilidade para pegar empréstimos com juros suaves. Era realmente o que podemos chamar de uma política de ampliação do capital para o campo.

Dom Pedro chegou no Araguaia neste momento de expansão e chegada do capital, junto com boa parte das empresas agropecuárias que estavam sendo instaladas a partir dos anos de 1968. Com efeito, ele optou por atuar nesta região pois, fazia parte de um movimento de transição que a Igreja católica sofreu a partir de meados de 1960, no qual ele era adepto, estamos falando da Teologia da Libertação.

A Igreja católica desde a Reforma Luterana de 1517, foi realizado reformas com Encíclicas e Concílios, porém estas não mudaram a perspectiva conservadora da Igreja, apenas buscava reafirmar o seu poder, buscava a cada tentativa a centralização da instituição.

Desde o início do século XX vários foram os fatos que ocorreram, alguns intelectuais desta instituição que atuavam com outra perspectiva avessa a adotada pela Igreja – conservadora -, que acompanhavam as demandas do seu tempo, e buscavam a atuação de uma Igreja não só no âmbito interno, mas também, pensava numa expansão desta, atuando nos diversos setores da sociedade, como na política, por exemplo. Podemos pensar aqui na atuação de alguns, como Alceu Amoroso Lima e Dom Sebastião Leme que criaram a Liga Eleitoral Católica no Brasil em 1932¹⁴.

Mesmo fora do Brasil tiveram intelectuais católicos que atuaram e pensaram um novo jeito de ser Igreja, como na França e na Alemanha, mas esses movimentos foram abafados e calados rapidamente pelo Vaticano. Porém foram importantes para a transformação que ocorreu depois na década de 1960.

O cenário mudou após a morte do Papa Pio XII em 1958, e elegeram o Monsenhor Ângelo Giuseppe Roncalli, Patriarca de Veneza, que fora conhecido como João XXIII, este tornou-se Papa aos 77 anos, e desde a sua coroação já convocou um Concílio, isso já em 1959, rompendo com Pio XII, logo, estabeleceu novos objetivos para a Igreja. Este novo era de “olhar para o episcopado do mundo todo, ouvi-lo e associá-lo à conduta da Igreja” (JOANONI NETO, 2003: 108). Sob uma nova orientação, agora a Igreja iria ouvir seu

¹⁴ Sobre isso ver: JOANONI NETO (2003).

episcopado, uma mudança considerada significativa, no sentido de fazer uma reforma na Igreja e mudar sua trajetória na história.

Várias foram as mudanças que ocorreram neste novo âmbito de Igreja, uma “Igreja para fora”, que atuava, que buscava ouvir seus cristãos, com uma nova política de catolicismo e com novas propostas, e isso ocorria também aqui no Brasil¹⁵. Os leigos agora eram convidados a participar da Igreja.

Todas essas mudanças foram importantes, como a criação de institutos sob os cuidados da CNBB nos diversos níveis, como o INP¹⁶, o Cenfi¹⁷ “com o objetivo de preparar os religiosos estrangeiros que vinham trabalhar na Igreja do Brasil” (DELGADO, 2012: 109). Estes entre outros projetos e institutos que foram criados para atuar nos diversos âmbitos sociais. Este novo ser Igreja propõe a expansão da Igreja, uma Igreja que se preocupa com as desigualdades sociais e os problemas econômicos, ou seja, ela acompanhava as mudanças que ocorriam na sociedade, não estava mais a margem como até a pouco.

O Papa João XXIII institui suas Encíclicas “*Mater et magistral* (1961) e *Pacem in terris* (1963) que contribuíram para a renovação do catolicismo” (DELGADO, 2012: 110). O Concílio Vaticano II¹⁸ e todas as ações do Papa João XXIII mudaram a concepção e a postura que se tinha até então da Igreja. A Igreja agora tinha um sentido e objetivo maior, de “interagir socialmente”, uma Igreja voltada para o humanismo e as necessidades das pessoas. O novo pontífice se voltou para as questões do mundo subdesenvolvido, para as desigualdades sociais. Na Encíclica de 1963, ele destaca “o direito à existência, a um digno padrão de vida e à participação nos benefícios da cultura são novamente proclamados” (DELGADO, 2012: 110).

Com efeito, João XXIII morreu em maio de 1963, vítima de um câncer no estômago, e como havia dividido o Concílio em quatro seções, apenas uma havia acontecido. Paulo VI é o novo escolhido e este se colocou como continuador das obras de João XXIII e também trouxe avanços no sentido de aproximar a Igreja do mundo moderno.

Em 1968 ocorreu o Encontro de Medellín, marcante na América Latina, foi um encontro que buscava estabelecer o debate sobre o ser Igreja América Latina, haja vista as especificidades dos países tidos como de Terceiro Mundo. Foi deste encontro que germinaria o que ficou conhecida como Teologia da Libertação:

¹⁵ Ver: DELGADO (2012)

¹⁶ Instituto Nacional de Pastoral.

¹⁷ Centro de Formação Intelectual.

¹⁸ Foi aberto em 11 de outubro de 1962.

Em 1968, um acontecimento marcou uma nova etapa do catolicismo na América Latina - a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín. Fruto de condições históricas sociais e religiosas que tiveram início na década de 1950, esse evento trouxe novas esperanças para o catolicismo. Era a segunda vez que o episcopado desse continente se reunia. A primeira conferência ocorreu em 1959, na cidade do Rio de Janeiro. Priorizou as questões internas da Igreja. Medellín, ao contrário, voltou-se para os problemas da América Latina. As diversas comissões consideraram como ponto de partida seus trabalhos a realidade histórica (DELGADO, 2012:113).

Ainda sobre o tema:

Obviamente, a teologia da libertação não pode ser encontrada no Vaticano II, porém sem este não teria sido possível aquela. Foi a abertura conciliar o fator que possibilitou a aparição desta teologia na América Latina, um continente de especiais características naquele momento: era ao mesmo tempo um continente cristão e pobre (as outras regiões mundiais cristãs não são pobres, e as outras regiões pobres não são cristãs). Com a teologia da libertação, a Igreja da América Latina deu uma contribuição original própria ao cristianismo universal (VIGIL, 2008: 120).

Este encontro foi fundamental para entendermos a nova perspectiva que alguns setores da Igreja do Brasil aderiram a partir de então, com um olhar para as desigualdades sociais e as classes menos favorecidas. Algo que gostaríamos de destacar no fragmento acima, é que ele nos deixa claro a especificidade da América Latina e da teologia da libertação, que foi criada a partir das singularidades vivida pelos países que compõe tal continente, por isso a importância do Concílio, que sem ele não teria a abertura para pensar e propor a teologia da libertação, mas Medellín e as situações enfrentadas nessas regiões foram centrais.

Casaldáliga foi um dos precursores de tal teologia no país, juntamente com o Leonardo Boff e outros. A questão agrária exacerbou principalmente na década de 1970 e foi neste momento que o d. Pedro declarou a sua posição em favor dos pobres, da população que já ocupava a região do Araguaia e defrontou-se com a política militar e a expansão do capitalismo para o Araguaia.

O marco do seu posicionamento se deu principalmente no pós 1971 quando já bispo escreveu a Carta Pastoral “Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social” situando a sua postura mediante as injustiças sociais que ocorriam na região. Esta carta denunciava os abusos do latifúndio da Amazônia contra a população local e o processo de expropriação que ocorria a cada dia, no conflito pela terra ou na exploração brutal – utilização de trabalho análogo ao de escravo¹⁹.

Teve ampla divulgação, inclusive internacionalmente. Em Escribano, o Bispo relata que não a redigiu antes enquanto ainda era padre por pensar que ela não tivesse repercussão

¹⁹ Ver: (JOANONI NETO: 2011).



pela sua posição hierárquica, e que poderiam até atentar contra a sua vida, fato que ocorreu mesmo ele ocupando esta posição na Igreja por diversas vezes, financiado pelo grande latifúndio (o proprietário da terra que veio assumi-la) e até pelos militares (com ameaças de morte, tentativas de expulsão do país). Segundo Casaldáliga em relato para Escribano:

Naquele faroeste longínquo, a lei não podia chegar. Naquela terra, a única lei que valia era a imposta pelas armas. – Aqui manda o 38 – dizia Casaldáliga referindo-se ao calibre do revolver mais comum, ao alcance de todo mundo.

Mas não se tratava de uma violência indiscriminada. Nesta região retirada do Brasil, os latifundiários faziam e desfaziam a bel-prazer, sem precisar dar explicações a ninguém, já que tampouco ninguém os cobrava. Aqui, quem tinha dinheiro comprava o silêncio, e os latifundiários, apoiados pela ditadura militar, tinham terra, dinheiro e pouca vontade de dar explicações sobre a origem da sua riqueza (ESCRIBANO, 2000: 32).

O contexto da Prelazia está retratado nestas falas, de um lugar distante, no qual dificilmente a justiça chegava, e quando chegou, posicionou-se a favor do capital e da grande empresa. Pensamos assim a década de 70 como um momento de forte repressão, suspensão dos direitos civis, práticas de violências contra aqueles que se colocavam contra os preceitos do governo militar - que estava a favor dos interesses do capital.

Em sua Carta Pastoral Casaldáliga apresenta ao mundo a situação que a região vive no conflito com o grande latifúndio, e toda dificuldade vivida por esta população, em trecho deste documento fica muito explícito a indignação e repúdio do Bispo quanto a situação:

Enquanto isto, a população, primeira desbravadora da região, se há no esquecimento mais completo, ocupando áreas das quais frequentemente é expulsa, pois na hora menos pensada aparece o assim chamado “tubarão”, dono das terras, que quer fazer valer o seu título de propriedade, como veremos detalhadamente mais adiante, Todas as terras deste imenso Nordeste Mato-grossense já estão vendidas. Mesmo as que pertencem ao Parque Nacional do Xingu. Por isto a esperança do povo por um pedaço de terra é quase nula, tendo em vista que o mesmo decreto presidencial declarado “indispensáveis à segurança e desenvolvimento nacionais” faixas de 100 quilômetros de cada lado das vias Amazônicas (entre as quais estão citadas a BR-80 – Trecho Araguaia-Cachimbo, e a BR-158 – Trecho Barra do Garças – S. Félix) (cf. o Estado de São Paulo 30/07/71) se refere unicamente a terras devolutas, o que na região não existe (CASALDÁLIGA, 1971: 10).

Foi por este engajamento da Igreja Católica da região da Prelazia e seus religiosos e agentes pastorais que sofreram juntamente com os posseiros e outras populações da Prelazia vários tipos de violência, por estarem do lado dos desfavorecidos, aqueles que quase não tinham esperança na luta contra o capital, essa população que vivia nos confins do mundo numa extrema miséria e sem condições de levar uma vida dignamente, possibilidade esta que piorou ainda mais em decorrência da chegada do grande latifúndio nessa região.

Os religiosos da Prelazia de São Félix faziam um trabalho de conscientização do povo quanto aos seus direitos, pois, as empresas chegavam nas terras que eram ocupadas pela população e exigiam os seus direitos de posse, expulsando os primeiros ocupantes. Foi nesse momento que entrou a Igreja, ajudando a organizar um tipo de luta para que a população adquirisse junto à Lei a sua posse de acordo com o que estava previsto na legislação que lhe era de direito.

De 1968 a 1972 houve vários conflitos principalmente em Santa Terezinha que foi empreendido entre os posseiros e os moradores da cidade e a empresa CODEARA no que dizia respeito a posse da terra²⁰. Após este conflito houve a prisão do Pe. Francisco Jentel, religioso que atuou junto a população no conflito contra a agropecuária.

O ano de 1972 foi um marco importante de conquista para estes posseiros, que adotaram um movimento de resistência e que utilizou-se também de violência para defender as suas terras. A pressão²¹ que os posseiros sofriam era brutal, os posseiros tinham que ficar na defensiva. Diz Castravechi:

A partir da intervenção do padre Jentel como mediador dos interesses do grupo de posseiros no conflito de Santa Terezinha, o Estado teve que tomar medidas decisivas para amenizar o conflito entre a CODEARA e os antigos ocupantes do espaço, o Governo Federal, junto aos órgãos competentes, aceleraram o processo de demarcação das áreas, reconhecendo o direito de posse nos termos definidos pelo Estatuto da Terra de 1964 à população que já habitava o povoado antes da chegada da empresa (CASTRAVECHI, 2012: 123).

Com isso o dia 03 de março de 1972 é comemorado pela população de Santa Terezinha como um dia da vitória, e comemora-se até hoje, e o padre Francisco Jentel foi considerado o “defensor do povo do Araguaia” (CASTRAVECHI, 2012:123). A partir daí a perseguição à Prelazia acirrou-se cada vez mais. Padre Francisco Jentel foi preso²² e logo condenado em 1973. Segundo Castravechi:

Com a sentença do Padre Jentel em 28 de maio de 1973 julgado em Campo Grande e condenado a 10 anos de prisão, Dom Pedro considerou a vinda do destacamento militar permeada por atos repressivos estaria vinculada possivelmente a condenação do padre, pois os militares pretendiam impedir uma eventual reação da população de Santa Terezinha ou da região, bem como atemorizar o bispo e a equipe da Prelazia (CASTRAVECHI, 2012:127).

²⁰ Ver: ESTERCI (1987).

²¹Os posseiros sofriam com vários tipos de pressão das agropecuárias, como não deixar eles trabalharem, os capangas ameaçavam as empregadas, ateavam fogo nas roças. Ver: ESTERCI (1987).

²² Ele foi preso e condenado (1973), sendo expulso do Brasil.



Este evento foi o estopim para a chegada em 1973 da intervenção militar, que instaurou a repressão de Estado na Prelazia, com atuação severa e opressora sob a população local e a Igreja atuante.

Após a chegada deste destacamento militar em São Félix, a população ficou extremamente assustada, além do que, muitas vezes eles inqueriam sobre a vida da população, principalmente da Equipe da Prelazia e dos religiosos. Os militares realizaram vistorias além de inspecionar os Arquivos da Prelazia, utilizando-se de coação e repressão para ter acesso aos documentos do Bispo:

Nesta mesma manhã, o cap. Monteiro pediu ao Pe. Pedro Maria chaves do escritório-arquivo da Prelazia para dar uma olhada nos papéis do Bispo... Pe. Pedro negou-se por ser assunto de responsabilidade do bispo. O cap. levou então o padre para conversar com o Cel. Euro e voltou de novo com o padre à casa da Prelazia ameaçando de que se as chaves não fossem entregues, a porta seria arrombada. O Padre retrucou, que ficava bem claro que tinha sido coagido. E entregou a chave. O cap. Monteiro levou 20 pastas do arquivo dizendo que seriam fotografados os documentos e devolvidos. Os militares depois de algum tempo devolveram o material apreendido. Já anteriormente a biblioteca da casa havia sido vasculhada por tenentes (Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – A08.2.3, 1973: 3).

Os militares prenderam agentes da Missão, sem ao menos darem possibilidades dos mesmos de defesa ou de comunicar a parentes e amigos que estavam sendo presos. As acusações na sua maioria eram de subversão, ou qualquer outra, haja vista que não precisavam de provas para realizar as prisões. A contadora da Cooperativa e agente da Missão Tereza foi presa sem nem ao menos poder informar do ocorrido, foi considerada pelos outros um caso de sequestro. “O coronel Euro fez questão de transmitir ao Bispo, pelo padre Leopoldo, que os presos seriam bem tratados, que ele não se preocupasse” (Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – A08. 2. 3, 1973: 4).

As casas das populações de vários povoados foram invadidas, as pessoas sofreram agressões desnecessárias, sendo acusados e humilhados. Neste mesmo dia os padres e o Bispo foram presos dentro da casa do Bispo, sendo impedidos de sair ou se comunicar. Esse tipo de situação ocorreu por que os militares associavam as figuras dos padres como indivíduos comunistas e subversivos, pois, estavam engajados na luta pelos direitos dessas populações e estes direitos confrontavam com os interesses do governo militar e a sua política de ocupação, por isso utilizavam da violência como instrumento para chegar a um objetivo de coagir e amedrontar, intimidavam quem eles pensavam ser as lideranças dos movimentos de resistência que existiam na Prelazia como “foco de subversão”.

Uma questão que é importante ressaltar, é que a ditadura, segundo documentos, demonstrava que os militares associavam a atuação do grupo da Prelazia (religiosos, agentes pastorais e população local) mato-grossense à Guerrilha do Araguaia, como se eles tivessem alguma relação ou que a Prelazia poderia estar apoiando ou prestando algum tipo de auxílio aos refugiados de Marabá.

Consta em carta escrita por D. Pedro Casaldáliga aos Bispos D. Tomás Balduino, D. Ivo Lorscheider e D. Aloísio Lorscheider e outros que o Bispo teria sofrido outra violência dos militares, teve sua casa invadida com policiais armados, fazendo revista a tudo e aos arquivos, na busca do leigo José Pontim, que já tivera também a sua casa invadida e roubada pela polícia militar já havia algum tempo. As prisões de agentes da Missão continuavam acontecendo, prenderam o leigo Tadeu Escame, e já estavam presos Teresa Braga Salles, Teresa Adão, Edgar Serra, Luis Barreira e Adauta Batista, e estavam neste momento atrás do leigo José Pontim.

Fizeram ameaças aos padres até eles contarem onde estavam escondidos os agentes:

O Pe. Pedro Mari foi coagido a revelar onde estavam, a serviço, o leigo Antonio Carlos Moura Ferreira e José Pontim, também isso sobre a mira de metralhadoras. E, para que o caso se configurasse e se cumprisse toda justiça, foi o Bispo Casaldáliga esbofetado pelo Capitão Monteiro, em meio a deboches, espancamentos – outros e ameaças, segundo o clássico antecedente histórico. Soube-se também que o Pe. Eugenio Cònsoli, submetido a tentativa de enforcamento e vítima de pontapés no fígado e no estomago, acabou por vomitar sangue (Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – A08.2.23, 1973: 1).

Levaram presos os agentes pastorais, sendo que não havia nenhuma acusação plausível para as prisões, a não ser estarem ligados à Missão e o compromisso com a Igreja. A partir dos documentos, também fica explícito a questão da violência que ocorria naquele momento contra a população local e a repressão do regime militar.

Nos documentos, principalmente deste período que data meados de 1973, constam as várias invasões em residências que ocorreram, principalmente na casa do Bispo Casaldáliga, em altas horas e na maioria das vezes, os militares com arma em punho para intimidar os religiosos. Os militares queriam controlar o direito de liberdade dos religiosos, estando sempre informados dos passos de cada um. Quando iam inquerir sobre o paradeiro de alguém agiam com violência, como ocorreu com o Pe. Canuto.

Tinha-se neste momento por parte do Estado e de qualquer órgão responsável pela segurança civil um total descaso no tocante a esta população que era marginalizada pelo regime militar. Essas pessoas passaram por torturas físicas e psicológicas, que ficaram

marcadas brutalmente em suas memórias, cada dia de sofrimento, depressão e agonia que eles viveram, como relata em depoimentos:

Enquanto sucediam-se as sessões de torturas (choques elétricos pelos corpos e socos tipo telefone nos ouvidos) éramos inquiridos sobre nossa participação na Guerrilha do Araguaia da qual apenas tínhamos notícias, sobre a história de material escolar, brincadeira que conversávamos na Prelazia e que insistiam ser um código de armas por nós utilizadas. E assim, noite após noite as grades das celas abriam-se rangendo seus ferrolhos e saía um para a cela de torturas. Os que ficavam, rezavam. Quando as torturas extrapolavam a resistência já bastante precária aplicavam injeção não se sabe do que para recobrar a resistência. Muitos choques elétricos nas costas, órgãos genitais, forçava a coluna no sentido contrário o que causava muita dor e stress (PONTIM, José. Depoimento 2007 apud CASTRAVECHI, 2012: 131).

Estes agentes pastorais foram soltos²³ em agosto, por volta do dia 20, depois de várias tentativas de Dom Pedro de divulgar e lutar contra esse tipo de opressão e principalmente porque no dia 19 de agosto houve uma grande celebração e manifestação que ocorreu em São Félix do Araguaia com a presença de vários bispos, contando também com a presença do representante do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e da CNBB, uma manifestação contra a repressão. Este evento teve uma repercussão tanto nacional quanto internacional – Espanha, França, Alemanha, Itália, com repúdio à ação dos militares (CASTRAVECHI, 2012), demonstrando assim que a Igreja e os seus representantes no Araguaia não aceitavam de forma passiva as injustiças e violências que eram submetidos, utilizando diferentes mecanismos na sua defesa e do seu povo.

Tentamos apresentar aqui mesmo que de uma forma sucinta, mas de uma maneira que buscou demonstrar que a repressão deste período chegou na região da Prelazia e os impactos que a política militar trouxe foram sérios e influenciou diretamente na dinâmica organizacional destas populações, e ainda, como alguns religiosos atuaram neste momento não só como um pastor que auxilia o seu rebanho, mas muitas vezes como uma figura de liderança, que estava junto ao seu grupo, passando as dificuldades e as violências sofridas que eram de diversas natureza.

Com efeito, destacamos a figura de D. Pedro que teve um papel importante nestes momentos vividos na região, sendo que este sujeito histórico agiu nos diversos âmbitos no sentido de organizar formas de resistência, ora com denúncias, organização de caminhadas, registros documentais, embates com o latifúndio e os militares, cartas, poemas e outros. Empreendeu formas de anunciar e espalhar a situação que se passava nesta região que era

²³Therezinha, Tadeu, Pontim e Thereza Adão.



desassistida pelo Estado, e tão pouco “desenvolvida” segundo uma visão preestabelecida, demonstrando assim que houve conflitos advindos da implantação do regime militar e também uma oposição engajada na luta contra o sistema, desconstruindo algumas visões e posições ainda existentes.

REFERÊNCIAS

ALVES, Leonice Aparecida de Fátima; GOMES, Maria Henriqueta dos Santos. Murais do Araguaia – uma aproximação. In: *História, terra e trabalho em Mato Grosso*. HARRES, Marluza Marques; JOANONI NETO, Vitale (Orgs). São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2009.

BARROZO, João Carlos. Políticas de Colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro-Oeste. In: BARROZO, João Carlos (Org). *Mato Grosso. Do sonho á utopia da terra*. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

_____. Os assentados e os assentamentos rurais do Araguaia. In: HARRES, Marluza Marques; JOANONI NETO, Vitale (Orgs). *História, terra e trabalho em Mato Grosso: ensaios teóricos e resultados de pesquisa*. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2009.

_____. A Questão Agrária em Mato Grosso: a persistência da grande propriedade. In: BARROZO, João Carlos (Orgs). *Mato Grosso: a (re) ocupação da terra na fronteira amazônica (Século XX)*. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2010.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012 – vol. 4.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Publicações Europa-América, 1983.

CASALDÁLIGA, Pedro. *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. São Félix do Araguaia, 1971. (mimeo). Forense Universitária: 1982.



CASTRAVECHI, Luciene Aparecida. *Correntes do Araguaia: A exploração de trabalhadores migrantes no Nordeste de Mato Grosso durante a década de 1970*. Cuiabá: UFMT, 2012. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Cuiabá, 2012.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012 – vol. 4.

ESCRIBANO, Francesc. *Descalço sobre a terra vermelha*. São Paulo. Ed. Unicamp, 2000.

FICCO, Carlos. Espionagem, polícia, política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012 – vol. 4.

FORCANO, Benjamín (et. al). *Pedro Casaldáliga: as causas que imprimem sentido à sua vida – Retrato de uma personalidade; tradução Alda da Anunciação Machado*. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2008.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In: LAVERDI, Robson; FROTSCHER, Méri; DUARTE, Geni Rosa; MONTYSUMA, Marcos Freire; MONTENEGRO, Antonio Torres (orgs). *História Oral, desigualdades e diferenças*. Recife: EdUFSC/EdUFPE, 2012.

JOANONI NETO, Vitale. *Fronteiras da Crença: da libertação ao carisma, a presença católica na cidade de Juína (1978-1998)*. UNESP, 2003. (Tese de doutorado). Universidade Estadual Paulista, 2003.

_____. *Fronteiras da Crença: Ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970*. Cuiabá: Carlini & Carniato Editorial; EdUFMT – Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 2007.

_____. As diferentes faces da Igreja católica mato-grossense no último quarto do século XX. In: *Igreja católica e os cem anos de arquidiocese de Cuiabá (1910-2010)*. PERARO, Maria Adenir (Orgs). Cuiabá: EdUFMT/FAPEMAT, 2009.

_____. Notas sobre o mundo do trabalho rural no estado de Mato Grosso em fins da primeira década do século XXI. In: Figueira, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes (orgs). *Olhares sobre a escravidão contemporânea – novas contribuições*. Cuiabá: EdUFMT, 2011.



_____. *Combati o bom combate, terminei a minha carreira, guardei a fé* – as muitas experiências católicas em área de fronteira no Mato Grosso a partir de 1970. In: *Intelectuais e militância católica no Brasil*. Cuiabá: EdUFMT, 2012.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

NOVAES, Regina C. Reyes. *Lembranças camponesas: repressão, sofrimento, perplexidade e medo*. In: ESTECCI; FRY; GOLDENBERG (Orgs.). *Fazendo antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

RODRIGUES, Cândido Moreira, et al. *História: conceito, metodologia e ensino*. Cuiabá: EdUFMT/UAB, 2013.

SCALLOPE, Marluce de Oliveira Machado. *Práticas midiáticas e cidadania no Araguaia – o jornal Alvorada*. Cuiabá: KCM Editora, 2012.

VIGIL, José María. A causa do diálogo inter-religioso. In: Pedro Casaldáliga – *as causas que imprimem sentido à sua vida* – Retrato de uma personalidade. FORCANO, Benjamin (orgs.); tradução Alda da Anunciação Machado. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2008.